

RECURSO ESPECIAL Nº 1.512.532 - SE (2015/0013724-8)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO SILVA TRINDADE E OUTRO(S) - SE000635A
RECORRIDO : JOSE CARLOS DOS SANTOS
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M

EMENTA

CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO. COBRANÇA DE PARCELAS NÃO VENCIDAS. IMPOSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 290 DO CPC/73. IMPOSSIBILIDADE DE PRESUNÇÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7, DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. (BANCO) propôs ação de cobrança contra JOSÉ CARLOS DOS SANTOS (JOSÉ CARLOS).

O juízo de piso julgou a ação procedente para condenar JOSÉ CARLOS ao pagamento de R\$ 6.989,61 (seis mil, novecentos e oitenta e nove reais e sessenta e um centavos), acrescido de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação, além de correção monetária de acordo com o INPC (e-STJ, fls. 30/32).

Os embargos de declaração foram parcialmente providos para complementar a parte dispositiva da sentença da seguinte forma

"Isso posto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na Ação de Cobrança promovida por Banco do Nordeste do Brasil S.A. Em face de José Carlos dos Santos, a fim de condenar o Requerido ao pagamento de R\$ 6.989,67 (seis mil novecentos e oitenta e nove reais e sessenta e um centavos), acrescidos apenas do valor da parcela vencida no ano de 2012, sendo o quantum debeatur atualizado com juros de mora de 1% ao mês, devidos a partir da citação, acrescidos de correção monetária de acordo com os percentuais do INPC, até a data do efetivo pagamento. Ainda, condeno o Requerido ao pagamento das custas, despesas processuais e dos honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% sobre o valor da condenação" (e-STJ, fls. 43/44).

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso de apelação

interposto pelo BANCO em acórdão assim ementado

Apelação Cível - Ação de Cobrança - Escritura pública de composição e confissão de dívida - Cobrança dos juros vencidos - Preliminar de nulidade rejeitada, ante a ausência de decisão extra petita, bem como ante a aplicação dos efeitos da revelia - Inclusão dos juros vencidos no valor total do débito - Possibilidade que se restringe às parcelas que se vencerem no decurso da ação, nos termos do que dispõe o art. 290 do C.P.C. - Impossibilidade de cobrança de juros ainda não vencidos - Recurso conhecido e improvido - Unanimidade (e-STJ, fl. 72).

Irresignado, o BANCO interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, alínea *a*, da CF, sustentando violação do art. 290 do CPC/73, sob a alegação de que deveriam ser incluídas na condenação as prestações que se vencerem até o cumprimento completo da obrigação, não havendo como limitá-las, no tempo (e-STJ, fls. 83/95).

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 98), o recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 99/103).

É o relatório.

DECIDO.

A insurgência merece prosperar.

Vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

A discussão gira em torno da possibilidade de inclusão de parcelas vincendas no curso do processo, em sua totalidade, até o cumprimento da obrigação.

O Tribunal *a quo* entendeu que não é possível a aplicação do artigo 290 do CPC para impor à relação contratual a antecipação das parcelas vincendas no valor total do débito, porventura, advindo da inadimplência contratual.

Nesse particular, tenho que o referido artigo permite a inclusão das parcelas na hipótese em que, no curso da ação, ocorrer a inadimplência. Logo, pressupõe ser gradativa a inclusão até o limite da satisfação da obrigação e, tão somente, na hipótese de ocorrer o vencimento das prestações. Portanto, entendo que não é possível permitir à

parte recorrente o recebimento de forma antecipada de parcelas a vencer, porquanto não constatada a mora do devedor.

Assim, ultrapassar a conclusão a que chegou o eg. Tribunal *a quo*, demandaria nova incursão no arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, pois vedado pela Súmula 7 desta Corte: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÕES VINCENDAS.IMPOSSIBILIDADE DE PRESUNÇÃO. MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Muito embora o artigo 290 do CPC possibilite incluir na condenação as parcelas vincendas no cumprimento da obrigação, tal efeito não é automático nem presumido. A jurisprudência do STJ é no sentido de que cabe ao autor demonstrar a consistência de sua pretensão.

[...]

3. Firmadas as razões de decidir das instâncias ordinárias com parâmetro nas circunstâncias fáticas dos autos, inclusive para efeito de inaplicabilidade do artigo 290 do CPC, o conhecimento do recurso especial reclama o reexame de provas constantes da demanda, medida que esbarra no óbice da Súmula nº 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1104309/RN, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. em 8/4/2014, DJe 15/4/2014)

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do recurso especial.

Por derradeiro, advirta-se que eventual recurso interposto contra este acórdão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 77, §§ 1º e 2º, 1.021, § 4º e 1.026, § 2º) e honorários recursais (art. 85, § 11).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator